

Educação perde 5 bi por causa de burocracia

BERENICE SEARA

O Estado do Rio está condenado a perder, só neste ano, cerca de CR\$ 5 bilhões que poderiam ser investidos no ensino fundamental. Graças a um "passeio" por repartições federais, com duração média de três meses, os recursos recolhidos no estado através do salário-educação (um tributo correspondente a 2,5% da folha salarial de cada empresa privada) voltam aos cofres estaduais com pelo menos 40% de desvalorização. Além disso, uma parcela significativa do salário-educação recolhido no Estado Rio nem passa por perto da Secretaria de Educação: vai direto para as escolas particulares sob a forma de bolsas de estudos.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela administração dos recursos do salário-educação, no capítulo das bolsas de estudos, o problema

maior não é a desvalorização, mas as fraudes. Em 92, numa fiscalização em apenas 113 das quase 400 escolas conveniadas com o FNDE no Rio, 368 bolsas irregulares foram canceladas. As irregularidades vão desde alunos matriculados no Segundo Grau (o salário-educação só pode ser aplicado no ensino fundamental) a bolsistas e escolas fantasmas. Em abril, o próprio ministro da Educação, Murílio Hingel, revelou que as perdas provocadas pelo "passeio" dos recursos do salário-educação recolhidos em todo o país chega a US\$ 1,1 milhão por dia, ou seja, a US\$ 400 milhões por ano.

— É um terrível absurdo, parece mentira, mas o número é esse mesmo — admitiu.

Falta de pessoal, de condições para fiscalização, burocracia e inexistência de uma política educacional. Nesse mar, afundaram em quatro anos US\$ 1,6 bilhão — US\$ 600 milhões a mais do que o rombo das fraudes na Previdência Social, no mesmo período.

